



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06, Edifício Capes, 6º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-020
Telefone: - www.capes.gov.br

Ofício Circular nº 2/2019-DAV/CAPES

Brasília, 07 de março de 2019.

Excelentíssimos Senhores (as) Pró-Reitores

Assunto: **Aprimoramentos dos Instrumentos de Avaliação da CAPES**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23038.004227/2019-11.

Excelentíssimos Senhores,

1. Os primeiros anos de cada novo ciclo avaliativo são sempre uma oportunidade para que a comunidade acadêmica, através das coordenações de área, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por meio da Diretoria de Avaliação, aprimorem e atualizem os instrumentos do processo avaliativo de programas de pós-graduação *stricto sensu*.
2. Com o intuito de cumprir a referida missão e disponibilizar com a maior brevidade possível estes instrumentos à sociedade, a Diretoria de Avaliação da CAPES instituiu, ao longo do segundo semestre de 2018, dez grupos de trabalhos (GT) (**Ficha de Avaliação, Autoavaliação, Qualis Periódicos, Classificação de Livros, Qualis Técnico Tecnológico, Qualis Artístico Cultural e Classificação de Eventos, Qualis Humanidades, Internacionalização, Inovação e Transferência de Conhecimento, e Impacto e Relevância Econômica e Social**) que devem refletir e propor a criação/atualização destas ferramentas utilizadas no processo avaliativo.
3. Além dos GTs instituídos, as coordenações de área estão revisando os Documentos Orientadores de APCN e seus Documentos de Área, e espera-se que todos eles sejam aprovados e disponibilizados ao público ao longo do primeiro semestre deste ano.
4. Atualmente três GTs já tiveram seus relatórios aprovados (**Ficha de Avaliação, Autoavaliação, e Qualis Artístico, Cultural e Classificação de Eventos**) pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES). Os demais devem ser finalizados e analisados pelo CTC-ES ainda no primeiro semestre de 2019, permitindo assim sua utilização, parcial ou integral, no Seminário de Meio Termo, o qual ocorrerá em Brasília em agosto e setembro deste ano.
5. Com o intuito de dar ampla publicidade e transparência aos atos que permeiam o processo avaliativo, encaminho para conhecimento e ampla divulgação entre sua comunidade acadêmica, os relatórios dos três GTs aprovados.

Anexos: I - Relatório Ficha de Avaliação (SEI nº 0908653).
II - Relatório Autoavaliação (SEI nº 0908656).
III - Relatório Qualis Artístico Cultural e Classificação de Eventos (SEI nº 0908657).

Att,



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Nair Bão, Diretor(a) de Avaliação**, em 07/03/2019, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0908658** e o código CRC **2A107356**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23038.004227/2019-11

SEI nº 0908658

GRUPO DE TRABALHO QUALIS ARTÍSTICO / CLASSIFICAÇÃO DE EVENTOS

Durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2018, o Grupo de Trabalho do Qualis Artístico e Classificação de Eventos, designado pela portaria Capes 172/2018, se reuniu em cinco ocasiões elaborando o seguinte relatório de suas atividades:

1. No que tange a critérios básicos, a comissão entendeu que seria importante sustentar os novos valores da avaliação na Capes, tal como vêm sendo debatidos, a saber: o foco na avaliação da formação de mestres e doutores; a necessidade de incorporar parâmetros qualitativos; o uso de indicadores simples e transparentes; a constituição de uma estrutura única que permita, entretanto, que cada Coordenação de Área estabeleça os seus critérios e as suas métricas.
2. Com relação à Classificação de Eventos, ficaram responsáveis diretamente pela elaboração de uma nova proposta de critérios e estratificação os representantes da área de Ciências da Computação, para a qual a publicação de trabalhos completos em Anais de eventos científicos é uma das formas mais destacadas de produção de conhecimento, de importância comparável e, em alguns casos, até superior ao da produção em periódicos. O desafio foi encontrar parâmetros mais gerais, aplicáveis para a avaliação de artigos em Anais de qualquer área de conhecimento. Não houve proposta de pontuação para estratificação para que cada Coordenação de Área possa sugerir os seus pesos, a partir dos seus critérios. Propõe-se a troca do nome, de Classificação de Eventos para Qualis Eventos, utilizando-se os mesmos estratos dos demais Qualis.
3. Com relação ao Qualis Artístico, participaram da elaboração dos novos critérios representantes das áreas de Artes (subáreas Artes Cênicas, Artes Visuais e Música), Antropologia, Design e Arquitetura, Comunicação. O primeiro desafio enfrentado foi como incluir a produção intelectual das áreas externas ao campo de Artes, de modo a contemplar um espectro mais amplo do saber produzido nos Programas de Pós-graduação. A sugestão de troca do nome para Qualis Artístico/Cultural e a incorporação de quatro novas categorias de produção intelectual – “Cinema e audiovisual”, “Etnografias audiovisuais”, “Escrita literária” e “Projeto arquitetônico, urbanístico, paisagístico, gráfico e de produto” – responde a esse desafio. Foi elaborada uma proposta de pontuação e estratificação.
4. As propostas para Qualis Artístico-Cultural e Qualis Eventos foram discutidas por todos os membros do Grupo de Trabalho, estabelecendo-se critérios comuns. Foram adotados três níveis de critérios avaliativos: a) critérios obrigatórios: são aqueles que os produtos devem cumprir para virem a ser qualificados; b) critérios classificatórios: são os critérios que pontuam e a partir dos quais será realizada a estratificação (A1 a C, ou outros, caso haja mudança nesses estratos usados pela Capes em outros Qualis); c) critérios indutores: são aqueles que podem ser utilizados quando o produto mostra-se particularmente relevante para o

desenvolvimento da Área (seja por revelar-se especialmente relevante para a formação discente, seja por situar-se em região estratégica para o desenvolvimento da Área, seja por avançar as fronteiras do conhecimento científico, seja por possuir uma especial relevância regional, nacional ou internacional de acordo com os objetivos do Programa).

5. Cabe ressaltar que as alterações sugeridas estão associadas à redução do número de produtos cadastrados por Programa no Quadriênio. Implicam, igualmente, em modificações nos dados a inserir sobre cada produção e vão requerer, no futuro, uma adequação no cadastro da produção artística-cultural na Plataforma Lattes do CNPq.

QUALIS EVENTOS

Introdução

Evento Científico é uma atividade que tem como objetivos reunir especialistas e interessados em determinadas áreas do saber para discussão de temas que atendam a preocupações comuns, com vistas à atualização e ao progresso da pesquisa científica; divulgar resultados de pesquisa e colocar os pesquisadores em debate com vistas à qualificação e validação das investigações no âmbito da comunidade científica; incentivar o desenvolvimento de campos de pesquisa ainda emergentes; promover a formação de pesquisadores por meio da interação de discentes, docentes, profissionais e grupos de pesquisa com interesse na área; valorizar a interdisciplinaridade inerente à área.

Há diversos tipos de trabalhos publicados em Anais de eventos científicos, a saber: a) trabalhos completos com avaliação por pares, b) trabalhos completos sem avaliação por pares (selecionados por meio de resumos), c) trabalhos curtos (com ou sem validação por pares, sendo o número de páginas variável, assim como o veículo de publicação), d) trabalhos curtos sem avaliação por pares (selecionados através de resumo), e) resumos e resumos expandidos (com ou sem avaliação por pares). Há também outros tipos de trabalhos apresentados, que não envolvem a publicação em anais, e que cumprem um papel apenas de divulgação, tais como: palestra, apresentação de trabalho (comunicação ou pôster), participação em mesa redonda, mediação de debates etc.

Cada Coordenação de Área deve estabelecer, a partir da estrutura básica aqui proposta, seus critérios, pesos e métricas. Sugerimos o uso do mesmo indicador de qualificação já empregado nos demais Qualis da Capes (A1 a C)

Princípios para avaliação de Eventos

Para que um artigo publicado nos anais de uma conferência seja qualificado, é necessário que atenda a um conjunto de requisitos mínimos. Esses requisitos devem ser avaliados periodicamente pela Área correspondente, em diálogo com a comunidade científica. Segue abaixo um elenco de requisitos para indicar a qualidade do evento e uma discussão sucinta

de sua importância. Em linhas gerais, os eventos devem ser avaliados em função de seu impacto e, complementarmente, de seu papel indutor na comunidade nacional.

I. Critérios obrigatórios

1. **Aderência à pesquisa:** A produção deve ser aderente à pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação (projeto, grupo ou rede, linha de pesquisa).
2. **Reconhecimento por Entidade Científica:** É importante que o evento seja reconhecido por uma entidade científica respeitada, de forma a caracterizar sua boa aceitação na Área. O reconhecimento pode se dar por meio de realização, promoção ou apoio, que deve ser explícito.
3. **Comitê Científico representativo:** O comitê científico deve ser representativo da Área, composto por pesquisadores atuantes e de reconhecida liderança na subárea do evento.
4. **Publicação de trabalho completo nos Anais:** Apesar de incentivar e registrar as demais formas de publicação (trabalhos curtos, resumos e resumos expandidos), a publicação de trabalhos completos é a forma reconhecida de divulgação de resultados de pesquisa.
5. **Avaliação por pares:** É essencial que o trabalho seja avaliado antes da publicação, do ponto de vista da qualidade técnica e da contribuição científica. Os eventos devem possuir e explicitar critérios rigorosos de revisão por pares.
6. **Registro da Publicação em Bibliotecas Digitais:** O trabalho deve ser acessível por meio de bibliotecas digitais de amplo uso. Os dados bibliográficos do trabalho devem ser facilmente acessíveis, sendo que, preferencialmente, este deve estar disponível para *download*.

II. Critérios classificatórios

1. **Abrangência da entidade/associação científica:** analisar se o evento é promovido por associação científica nacional/internacional, grupo de pesquisa, programa de pós-graduação.
2. **Composição do comitê científico:** analisar se o evento possui em seu Comitê Científico membros nacionais e/ou internacionais.
3. **Impacto dos trabalhos:**
 - 3.1. medidas bibliométricas mostrando a relevância dos resultados publicados. Podem, por exemplo, ser considerados JCR, H-Index, H5-Index
 - 3.2. análise do impacto social, cultural, acadêmico do evento.

III. Critérios de indução

1. Relevância para a formação discente
2. Relevância para a Área em regiões estratégicas

3. Relevância acadêmica (avanço científico-acadêmico)
4. Relevância regional, nacional, internacional

QUALIS ARTÍSTICO/CULTURAL

Introdução

Entende-se por produção artística-cultural os produtos e processos criativos, poéticos, interpretativos, que resultam de pesquisa acadêmica, produzida no âmbito dos Programas de Pós-graduação do país, expressos por meio de linguagens visuais, cênicas, musicais, literárias etc. Cabe frisar que a avaliação recai não na obra em si e sim no contexto de sua apresentação pública e de seu impacto para o desenvolvimento da Área e do conhecimento científico.

Há um leque muito amplo de produções artístico-culturais, que podem estar presentes em múltiplas Áreas, como Artes, Literatura, Design, Comunicação e Antropologia. A proposta de Qualis Artístico/Cultural busca contemplar as especificidades dessas Áreas, estabelecendo uma estrutura básica a partir da qual podem ser criados indicadores, pesos e métricas particulares. Sugerimos a manutenção do mesmo indicador de qualificação empregado nos demais Qualis da Capes (A1 a C).

Princípios para avaliação de produção artística-cultural

Para que uma produção artístico-cultural seja qualificada, é necessário que atenda a um conjunto de requisitos mínimos. Esses requisitos devem ser avaliados periodicamente pela Área correspondente, em diálogo com a comunidade científica. Segue abaixo um elenco de requisitos para indicar a qualidade da produção e uma discussão sucinta de sua importância. Em linhas gerais, as produções devem ser avaliadas em função de seu impacto e, complementarmente, de seu papel indutor na comunidade nacional.

I. Critérios obrigatórios

1. **Aderência à pesquisa desenvolvida no Programa** (vínculo com a linha, o projeto, o grupo ou a rede de pesquisa): para avaliação deste item, o pesquisador deve:
 - 1.1 Informar nome da linha/projeto/grupo/rede de pesquisa com o qual a produção está vinculada
 - 1.2 Justificar o vínculo (campo textual com limitação de número de caracteres)
 - 1.3 Caracterizar o objetivo da produção: descrever se é experimental, inovadora, de aplicação social etc. (campo textual com limitação de número de caracteres)
2. **Apresentação pública da produção**: para avaliação deste item, o pesquisador deve:
 - 2.1 Informar nome do evento, local, instituição, data, cidade, (campos de preenchimento próprios)

- 2.2 Caracterizar a demanda: especificar se o recorte do público é local, regional, nacional, internacional (campo textual com limitação de número de caracteres)
- 2.3 Detalhar o contexto da apresentação (campo textual com limitação de número de caracteres)

ii.

- 3. **Acesso permanente aos resultados da produção:** para avaliação deste item, o pesquisador deve informar link do repositório (Capes, Programa, IES, outros) que disponibilize registros da produção (documentos bibliográficos, fotografias, fonogramas, videofonogramas etc.)

II. Critérios classificatórios

1. Produto – **valor máximo do quesito: 40 pontos**

1.1 Projeto artístico/cultural

- 1.1.1 Composição do comitê curador, científico ou organizador do evento/instituição (local, regional, nacional, internacional) **05 pontos para local/regional; 07 pontos para nacional; 10 para internacional**
- 1.1.2 Artista(s)/pesquisador(es) participante(s) (informar composição: local, regional, nacional, internacional) **05 pontos para local/regional; 07 pontos para nacional; 10 para internacional**
- 1.1.3 Qualidade da realização técnica do produto audiovisual de acordo com a sua proposta (se pertinente, conforme a Área) **0 a 10 pontos de acordo com a qualidade de imagem e som: captação, tratamento, edição e finalização**

1.2 Reconhecimento da Área

- 1.2.1 Informar edital, seleção ou convite institucional **10 pontos sim/ 0 pontos não**
- 1.2.2 Informar financiamento, apoio, incentivo, patrocínio **10 pontos sim/ 0 pontos não**
- 1.2.3 Informar premiações e indicações para prêmios **10 pontos sim/ 0 pontos não**

2. Impactos – **valor máximo do quesito: 60 pontos**

2.1 Registro e difusão

- 2.1.1 Descrever existência de catálogos, material didático, registros fonográficos e audiovisuais, outras mídias **até 10 pontos sim/ 0 pontos não**
- 2.1.2 Descrever turnê, temporada, exposição, itinerância, festival, mostras, feiras etc. **até 10 pontos sim/ 0 pontos não**
- 2.1.3 Informar veiculações em redes de rádio, televisão e outras mídias **até 10 pontos sim/ 0 pontos não**

2.1.4 Descrever processos de acessibilidade: libras, audioguias, áudio-descrições, legendas, traduções etc. até 10 pontos sim/ 0 pontos não

2.2 Relevância cultural, social, acadêmica

2.2.1 Descrever o impacto social e cultural com relação ao público contemplado (especificar se houve atendimento a público especial, em situação de risco social etc.) 0 a 10 pontos

2.2.2 Descrever avanços para o conhecimento (justificar inovação social, cultural e/ou tecnológica - campo textual com limitação de número de caracteres) 0 a 10 pontos

2.2.3 Relevância da abrangência, de acordo com os objetivos da pesquisa do PPG (justificativa - campo textual com limitação de número de caracteres) 0 a 10 pontos

Valor total 100 pontos

Estratificação proposta	A1 – 90 a 100
	A2 – 80 a 90
	B1 – 75 a 80
	B2 – 65 a 70
	B3 – 60 a 65
	B4 – 55 a 60
	B5 – 50 a 55
	C – abaixo de 50

III. Critérios de indução

1. Relevância para a formação discente
2. Relevância para a Área em regiões estratégicas
3. Relevância acadêmica (avanço científico-acadêmico)
4. Relevância local, regional, nacional, internacional

O Grupo de Trabalho Qualis Artístico/Cultural e Eventos foi coordenado por Vera Beatriz Siqueira (Uerj) e integrado por:

Adenilso da Silva Simão (Usp-São Carlos)

Antonia Pereira (Ufba)

Camila Saeko Kobayashi Pinho (Capes)

Cristina Maria Gerling (UFRGS)

Eduardo Morettin (Usp)

Eugenio Andrés Diaz Merino (UFCS)

José Augusto Suruagy Monteiro (UFPE)

Lisabete Coradini (UFRN)

Manoel Brod Siqueira (Capes)
Marcos Vinício Cunha Nogueira (UFRJ)
Vicente Martinez (UnB)

GT SOBRE A AUTOAVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Professores Membros – Portaria CAPES 148/2-18

Antônio Carlos Souza Lima (acslima@gmail.com)
Universidade Federal de Rio de Janeiro
Coordenador da Área de Antropologia / Arqueologia

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (denisebomtempo@terra.com.br)
Universidade de Brasília
Coordenadora da Área de Serviço Social

Denise Leite (denise.leite@hotmail.com.br)
Universidade Federal de Rio Grande do Sul
Área da Educação

Júlio Cesar Godoy Bertolin (julio@upf.br)
Universidade de Passo Fundo
Área da Educação/Informática

Lys Vinhaes Dantas (lys.vinhaes@gmail.com)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Área da Educação/Administração

Nythamar de Oliveira (nythamar@yahoo.com)
PUC/Rio Grande do Sul
Coordenador da Área de Filosofia

Ronaldo Oliveira (ronaldooliveira@ufba.br)
Universidade Federal da Bahia
Coordenador da Área de Zootecnia

Sergio O. de C. Avellar (sergio.avallar@capes.gov.br)
Coordenador Geral de Normatização e Estudos
DAV - CAPES

Robert Verhine (Coordenador do GT) (rverhine@gmail.com)
Universidade Federal da Bahia
Coordenador da Área de Educação

Dora Leal Rosa (Consultora convidada) (doralr@ufba.br)
Universidade Federal da Bahia
Área da Educação

Introdução

Em 04 de julho de 2018, a CAPES instituiu uma Comissão com a missão de *Implantar uma sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação, que possa também ser componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES* (Portaria CAPES nº 148/2018). Neste documento, de caráter preliminar, são apresentadas linhas gerais para orientar a discussão, no âmbito do CTC/ES, de tal sistemática.

Desde a implantação da pós-graduação no Brasil nos moldes definidos pelo Parecer CFE 977/1965, a pós-graduação *stricto sensu* avançou no sentido do seu crescimento numérico e no desenvolvimento de um sistema de avaliação que recebeu aprovação da comunidade acadêmica nacional e internacional. No momento, a metaavaliação procedida pela CAPES nos mostra que atingimos os objetivos previstos no referido Parecer no que diz respeito à formação de pesquisadores e incremento da produção científica brasileira e sua internacionalização. Por outro lado, há o reconhecimento do *gap* na formação de professores para o sistema de educação brasileiro e na qualificação de técnicos e trabalhadores intelectuais.

Contribuindo para a consolidação da pós-graduação no País, sabe-se que a CAPES tem tido duas preocupações: sua regulação e seu constante aperfeiçoamento. O sistema privilegiou a avaliação *post-facto*, incluiu a avaliação por pares, vinculou avaliação com classificação e recursos e estabeleceu um formato avaliativo que favoreceu os *rankings*, visando alcance de um padrão de qualidade estabelecido e de todos conhecido por antecipação. O padrão, na CAPES, foi estabelecido em comum acordo com a comunidade acadêmica das diferentes áreas de conhecimento. Até então, a avaliação externa vem sendo utilizada de forma bastante exitosa no que diz respeito à regulação. No entanto, com o amadurecimento do seu processo de avaliação, a CAPES entende ser necessário ampliar o foco, reconhecendo que é a autoavaliação, hoje muito utilizada nas experiências internacionais, que pode trazer mais subsídios para o desenvolvimento do Sistema com qualidade.

Sem dúvida, a avaliação externa assegura padrões básicos, o que é importante em um país continental, mas tem limitações. Uma delas é o fato de não ser formativa, em que os que estão no processo se envolvam também na solução dos problemas identificados. Neste sentido, a autoavaliação favorece a construção da identidade, heterogeneidade e envolvimento dos programas avaliados, para além dos padrões mínimos garantidos pela avaliação externa.

Reitera-se que a CAPES entende hoje que a finalidade dos programas de pós-graduação não é apenas a produção de conhecimento, mas também a formação discente, o que responde ao *gap* observado pela metaavaliação, já mencionado. Portanto, a avaliação deve captar essa dimensão, que é essencialmente um processo e não só um produto. Assim, a autoavaliação, desenvolvida de forma sistemática e contínua, é a abordagem a ser enfatizada, pois assegura proximidade entre avaliador e avaliado e permite aprofundamentos de natureza qualitativa e contextualizada.

Concluindo esta defesa da adoção da autoavaliação pela CAPES, vale o registro de que a experiência internacional mostra que a autoavaliação dos programas de pós-graduação tem resultado na melhoria dos próprios programas. A valorização da autoavaliação em todo e qualquer

programa avaliativo – seja uma acreditação ou uma avaliação feita por agências, ou seja, um programa institucional - segue a tendência mundial. Em alguns países, por exemplo Holanda, a autoavaliação é única, não existe avaliação externa. Em outros, por exemplo a Finlândia que se inspirou na Holanda, a autoavaliação constitui o fundamento que embasa o asseguramento da qualidade e a gestão de uma instituição, agência ou empresa. No Reino Unido, por sua vez, a avaliação externa da educação superior, denominada Auditoria (*Audit*), focaliza, quase exclusivamente, as estruturas e mecanismos adotados pela instituição para assegurar sua qualidade. Os auditores julgam o nível de confiança que eles têm na gestão da qualidade da IES e na integridade das informações por ela publicadas. A visita resulta em três possíveis conclusões: “confiança completa”, “confiança limitada” e “nenhuma conclusão” (ALDERMAN; BROWN, 2005). A lógica do sistema britânico se fundamenta na premissa de que uma instituição que assegura bem sua própria qualidade é uma instituição que merece ser bem avaliada.

Por outro lado, o uso da autoavaliação no contexto da educação superior brasileira não é novidade. No País, a graduação tem sido objeto de autoavaliação desde os tempos do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), no início da década de 1990, até mais recentemente, na década de 2000, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e seu componente de Autoavaliação Institucional. Portanto, ao adotar a autoavaliação, a CAPES está aproximando sua concepção daquela já adotada pela avaliação da graduação, contribuindo para diminuir a distância hoje existente entre os dois processos nacionais avaliativos.

Autoavaliação: Delimitação Conceitual

O conceito de avaliação, ao longo do tempo, vem adquirindo as feições do contexto sóciohistórico no qual é adotado. Assim é que deixa de estar meramente ligado à adoção de medidas, como no início do século XX, para hoje ser pensado como um processo – preferencialmente negociado – de construção e uso de parâmetros para comparar um determinado objetivo/meta e seu atingimento. Os resultados desse processo são então discutidos e utilizados para o melhoramento das ações/abordagens/estratégias do objeto avaliado.

A autoavaliação é o processo de se avaliar a si próprio, por vezes também chamada avaliação interna ou avaliação institucional, quando referida às organizações. Seu principal objetivo é formativo, de aprendizagem. Uma vez que é planejada, conduzida, implementada e analisada por pessoas elas próprias formuladoras e agentes das ações a serem avaliadas, a autoavaliação possibilita uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão.

Em outras palavras, a autoavaliação é um processo avaliativo conceituado e autogerido pela comunidade acadêmica. A comunidade tem a titularidade da avaliação. Envolve a participação de distintos atores da academia ou externos a ela (docentes, discentes, egressos, técnicos e outros), nos níveis hierárquicos diversos, dos estratégicos aos mais operacionais. Como reporta a literatura, os resultados da autoavaliação são melhor apropriados quando são frutos do trabalho participativo.

O processo interno pode ser assessorado externamente. É uma forma de avaliação que exige tempo, recursos e dedicação. O foco da autoavaliação é decidido pelos protagonistas. A reflexão sobre os resultados obtidos será central ao processo e levará em conta a correção de trajetórias e de futuros percebidos.

A autoavaliação pode ser compreendida, em termos amplos, como um “organizador qualificado”.

A autoanálise feita pela comunidade a partir da sistematização dos dados que lhe interessam, colocados em compartimentos por ela definidos, se sustenta em princípios éticos permeados pela negociação que pode ser oriunda de uma etapa de sensibilização quando são estudados os valores e entraves de um processo avaliativo autogerido. Certamente terá mais sucesso quando for regida pela colaboração entre os atores, respeitando sua individualidade e direitos à privacidade, prevenindo punições morais ou ameaças à integridade dos sujeitos participantes dos processos (LEITE, 2018, s/p).

De uma autoavaliação, realizada de forma competente, resultam conhecimentos sobre uma dada realidade, vista pelo olhar daqueles sujeitos que estão em relação e a constituem, naquele lugar, contexto e tempo histórico. O ato de conhecer é, em si, uma responsabilidade social, profissional e pública de um programa ou instituição. A veracidade, a honestidade e a transparência fazem parte do rol de princípios éticos que permitirão dar relevo à autoavaliação (LEITE, 2018,s/p).

Este rol de princípios fica mais completo com o que Souza e Gatti (2013:30-31) chamam de “ações em sequência”: a autoavaliação deverá resultar em tomadas de decisão que, em última análise, implicarão mudanças.

Uma Nova Agenda para a Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

O ponto crucial da sistemática da avaliação aqui proposta é a mudança do foco do processo avaliativo: ao invés da CAPES receber os resultados da autoavaliação realizada pelos programas, a Agência deverá acompanhar como os programas de pós-graduação estão conduzindo suas autoavaliações. Desta maneira, cada programa poderá propor um delineamento de autoavaliação apto a captar aspectos pertinentes a sua missão e seus objetivos, incluindo aqueles relativos à sua inserção no contexto social/internacional e a suas escolhas científicas específicas. Trata-se, na prática, de colocar em ação o elementar processo de detectar pontos fortes e potencialidades, tanto quanto discriminar pontos fracos dos programas e prever oportunidades e metas. Deve-se estabelecer estas metas com clareza e de forma tanto quanto possível participada, para que todos ou a maior parte da comunidade acadêmica se perceba representada.

Nesta ótica, a CAPES deve recomendar, também, que os programas considerem estabelecer um diálogo com os quesitos e itens estabelecidos na ficha de avaliação, visto que, no seu conjunto, tais elementos representam ingredientes de qualidade considerados essenciais pela CAPES e que, pelo modelo aqui proposto, a avaliação externa se mantém, atuando em consonância e articulação com a autoavaliação. Na visão do GT, a autoavaliação constitui o relato detalhado, por parte do

Programa, sobre seus procedimentos e instrumentos de autoavaliação. Na Capes a ‘avaliação da autoavaliação’ seria um item da nova ficha de avaliação, como componente do Quesito Proposta do Programa, dando peso ao referido Quesito.

Aprende-se, ao trabalhar com avaliação, a importância de se pensar a prática, de refletir sobre a prática, de encontrar lições na prática e derivar dela ações concretas, iluminadas pela teoria, seja ela de qualquer paradigma. Aceitando como verdadeiro que a avaliação induz ações, valores e comportamentos, a autoavaliação, com mais força poderá ser indutora de ações reflexivas. É a ação reflexiva que faz sentido quando se pensa a prática e os problemas enfrentados pelos docentes. Resgatando Paulo Freire (1988), a prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo. Ao incorporar a autoavaliação no seu processo de avaliação, a CAPES abre, potencialmente, uma pequena janela para que a diversidade de culturas e a riqueza dos contextos emergentes reflua para dentro da pós-graduação.

Operacionalização Técnica da Autoavaliação

Há uma diversidade de modelos ou roteiros que orientam a implementação de um processo de autoavaliação. Kells (1995), por exemplo, no seu guia para a autoavaliação na educação superior, considera necessário compreender: (1) o contexto organizacional e cultural da autoavaliação, (2) o papel da avaliação no gerenciamento da qualidade da instituição, (3) os atributos, estratégias e organização do processo de autoavaliação, (4) a condução do processo de autoavaliação, (5) a aplicação dos resultados da autoavaliação nos níveis de pessoas, programas e instituições. Watson e Maddison (2005), por sua vez, enfatizam a autoavaliação como aprendizagem organizacional, destacando os ciclos da autoavaliação (planejamento, dados e qualidade) e os usos da autoavaliação (tomada de decisão e construção da reputação institucional).

Souza e Gatti (2015, p.31), por outro lado, chamam a atenção para a necessidade de construção de um clima favorável à autoavaliação, que permita confiança e pressuponha autonomia de expressão dos participantes, “de forma a permitir a desconstrução de vieses analíticos e interpretativos construídos na instituição, que, muitas vezes, entravam seu desenvolvimento.”

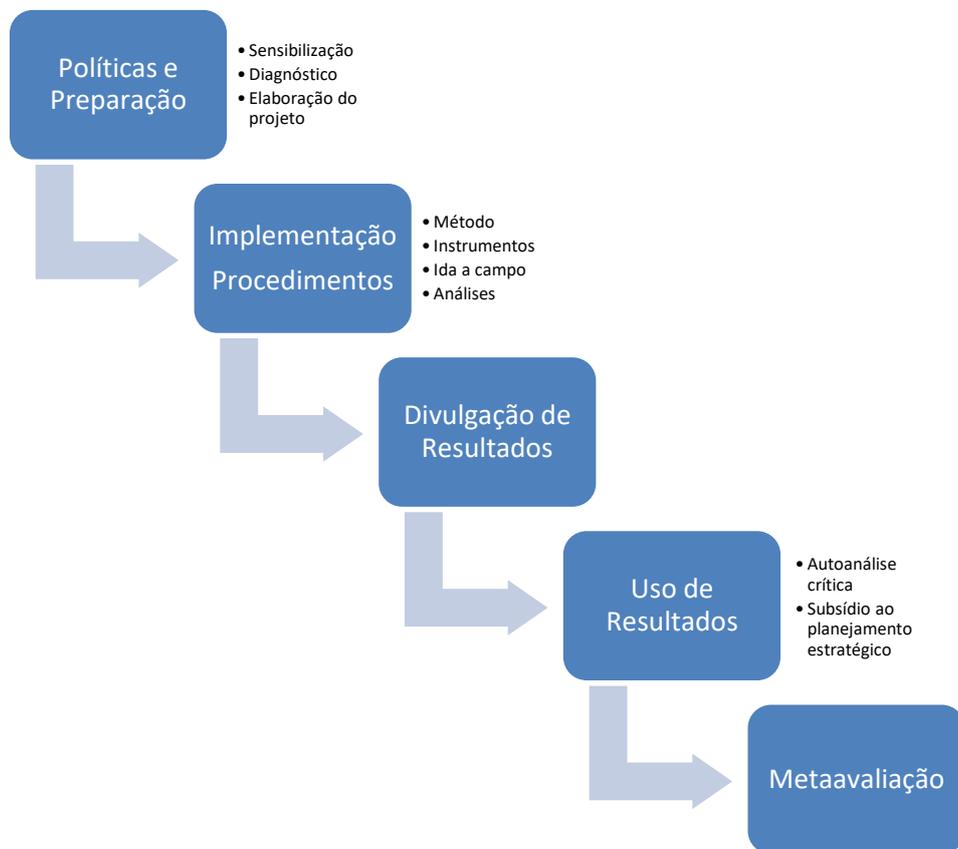
Esta preocupação perpassa todas as etapas da autoavaliação que, de maneira geral, seguem cinco fases: preparação, implementação, divulgação, uso dos resultados e meta-avaliação.

A autoavaliação é um exercício de autonomia responsável. A proposta metodológica de autoavaliação, sugerida a seguir, sintetiza e constitui uma das formas de operacionalização possíveis tendo em vista:

- (a) Monitoramento da qualidade do programa, seu processo formativo, produção de conhecimento, atuação e impacto político, educacional, econômico e social.
- (b) Foco na Formação discente pós-graduada na perspectiva da inserção social e/ou científica e/ou tecnológica e/ou profissional, presencial e/ou a distância do programa.

Sugere-se a seguinte sequência de etapas (Fig 1).

Fig. 1 - Sequência do processo de autoavaliação



A. Preparação

- Constituição da equipe de coordenação
 - Caso o programa deseje, é possível convidar professores e especialistas externos para participar, seja compondo a equipe, seja *ad hoc*, em momentos específicos, para contribuir com o processo de autoavaliação.
- Sensibilização para participação de todos nos processos
- Planejamento (definição dos aspectos “políticos da autoavaliação”)
 - Definição dos princípios da autoavaliação adotados pelo Programa
 - Definição dos aspectos a serem avaliados para representar a qualidade do Programa.

Este é um item fundamental já que não há uma definição única do que seja “qualidade” e cada Programa deve determinar sua própria compreensão do referido conceito.

Além disso, cada curso / Programa deve definir com clareza sua missão e seu planejamento estratégico, com suas metas e objetivos de médio e longo prazos. É aqui que fica impressa a identidade do Programa.

É também necessária a vinculação com o planejamento da Instituição e recomendável que seja feito um diálogo com os quesitos e itens da avaliação externa da CAPES.

- Definição das abordagens de avaliação.

Há possibilidade de traçar abordagens que focalizam o aluno, o evadido, o egresso, a autoavaliação do professor, a autoavaliação do corpo técnico e seminários periódicos de avaliação, entre outras abordagens.

- Definição dos critérios de avaliação e a escala a ser adotada.

O que será considerado ruim, satisfatório, bom? Quantos níveis a escala de avaliação deve ter?

- Definição dos usos dos resultados.

Que decisões dependem dos resultados da avaliação? Quem será responsável pela tomada de tais decisões? Como a implementação delas será acompanhada e avaliada?

- Definição da periodicidade da coleta dos dados.

Com que frequência deverão ser coletados os dados e como é estabelecida uma série temporal? Vale o registro de que maiores frequências implicam normalmente uso de recursos humanos e custos mais altos.

Uma vez tomadas as decisões sobre os aspectos mais “políticos” do delineamento avaliativo a adotar, o Programa passará a atender para as questões mais técnicas, elaborando seu projeto de autoavaliação.

- Elaboração de projeto de autoavaliação, do qual constam as seguintes seções:
 - Objetivos
 - Estratégias
 - Método – técnicas, instrumentos, formas de análise, frequência de coleta de dados
 - Cronograma
 - Recursos
 - Equipe de implementação / responsabilidades
 - Formas de disseminação dos resultados
 - Monitoramento do uso dos resultados

B. Implementação

A implementação acontece de acordo com o projeto e deve ser monitorada de forma que possam ser propostas e adotadas medidas que assegurem que, mesmo com mudanças, a autoavaliação atinja seus objetivos, contribuindo para a melhoria do Programa.

C. Divulgação dos resultados

Muita atenção deve ser dedicada à divulgação dos resultados, especialmente em relação a dois aspectos: 1) eles devem ser conhecidos a tempo de informar as tomadas de decisão (percebibilidade) e de serem utilizados; e 2) a divulgação deve adotar linguagem clara, objetiva, de forma a ser acessível a todos os seus públicos-alvo. Se necessário, deve ser adotado mais de um meio/formato de divulgação.

D. Uso dos resultados

Os usos dos resultados precisam ser incentivados e monitorados. Se os processos avaliativos tiverem sido participativos, a tendência é de apropriação dos resultados, mas é necessário que os resultados sejam efetivamente úteis.

E. Meta-avaliação

Nesta etapa, é importante que o grupo reserve um momento para avaliar a própria sistemática de avaliação adotada pelo Programa durante um determinado ciclo, ajustando-a, caso necessário. Para avaliar a autoavaliação, é fundamental contar com descritores. Neste documento, agrupamos os descritores em geral e em três etapas, a saber:

- Geral
Um programa que monitora a sua qualidade realiza autoavaliação contemplando etapas que envolvam a definição de políticas e preparação, a implementação de procedimentos e a geração de resultados com foco na formação discente e nos impactos e/ou inserção social.
- Etapa 1 – Políticas e Preparação
Uma etapa de políticas e preparação que está bem desenvolvida possui uma concepção; envolve as pessoas e sensibiliza as mesmas para aspectos políticos, técnicos e culturais da autoavaliação; realiza diagnóstico identificando pontos fortes e pontos fracos do programa a partir da avaliação Capes do quadriênio anterior; formula um pré-plano de auto avaliação.
- Etapa 2 - Implementação
Uma etapa de implementação de procedimentos que está bem desenvolvida possui métodos e instrumentos especificados de acordo com a concepção adotada; critérios e indicadores para monitoramento da qualidade da formação discente; agrega, sistematiza e analisa dados gerando informações qualitativas e quantitativas sobre o programa.
- Etapa 3 – Disseminação e uso dos resultados
Uma etapa de geração de resultados que está bem desenvolvida realiza auto análise crítica a partir das informações qualitativas e quantitativas geradas nas etapas anteriores; discute e problematiza as informações, identificando o rol de mudanças e inovações a serem implementadas subsidiando o planejamento estratégico; elabora relato descritivo contendo síntese de todo o processo de autoavaliação desenvolvido; divulga o relato na página do Programa; posta informações a serem solicitadas no sistema CAPES.

Perguntas Norteadoras

Para a CAPES

A seguir estão relacionadas algumas perguntas para nortear a CAPES na avaliação dos processos de autoavaliação adotados pelos Programas de pós-graduação.

- ✓ Quais os princípios adotados pelo Programa para sua autoavaliação?

- ✓ Quais as metas do Programa a médio e longo prazos? A autoavaliação as considera?
- ✓ Como o processo da autoavaliação se pauta e contribui para o planejamento estratégico do PPG a curto, médio e longo prazos?
- ✓ Há articulação da autoavaliação do Programa com a avaliação da Instituição?
- ✓ Como, do ponto de vista metodológico, a autoavaliação é desenvolvida?
- ✓ Como são os mecanismos de envolvimento de técnicos, docentes e discentes?
- ✓ Como o Programa avalia a aprendizagem do aluno?
- ✓ Como o Programa avalia a formação continuada do professor?
- ✓ Como o Programa avalia o desempenho do docente em sala e como orientador?
- ✓ Como os resultados da autoavaliação contribuíram para melhorar seu Programa?

Para o Programa de Pós-Graduação

Alguns programas podem precisar de um norte no tipo de questões a propor para delinear sua autoavaliação. Considerando sua missão, metas e objetivos e sua articulação com o planejamento institucional, o Programa pode, por exemplo, propor perguntas a partir de três dimensões: sobre o sucesso do aluno, sobre o sucesso do professor e dos técnicos e sobre o sucesso do Programa de maneira global.

São exemplos:

Sucesso do aluno

- ✓ Quais os parâmetros de avaliação da qualidade para as teses e dissertações do Programa?
- ✓ Como o Programa determina a aprendizagem do aluno?
- ✓ Quais as razões da evasão discente?

Sucesso do professor e dos técnicos

- ✓ Há avaliação da qualidade da orientação?
- ✓ Qual a política de capacitação docente e técnica do Programa? Ela é articulada com a Instituição?
- ✓ Qual a definição da qualidade do ensino, considerando o professor em sala de aula?
- ✓ Qual a definição da qualidade do apoio técnico?

Sucesso do Programa de maneira global

- ✓ Quais as ações de acompanhamento de egressos?
- ✓ Há organicidade no Programa? O Programa está pulverizado em termos de pesquisa?
- ✓ Como é avaliado o compromisso do Programa em relação à inclusão e à diversidade?
- ✓ O Programa monitora o fluxo de formação?
- ✓ O Programa monitora as taxas de conclusão e aprovação?
- ✓ Há oferta de atividade extracurricular – e política de incentivo à participação acadêmico-científico dos alunos e professores?

- ✓ Quais as políticas de inovação e seus resultados (amplo sentido)?
- ✓ Quais as políticas de internacionalização e seus resultados?
- ✓ Quais as políticas de inclusão social e seus resultados?

Como Anexo 03 a este texto, está uma “matriz de autoconhecimento” proposta pelo Grupo de Trabalho Discente da PPGEdU/UFRGS sobre Autoavaliação, ainda em fase de discussão. O grupo é constituído por Bruna de S. Souza, Camila T. Marcarini, Daniel B. Momoli, Vanessa R. Porciuncula, Wellynton C. M. da Silva e Bernardo S. Miorando. A matriz é um exemplo de perguntas norteadoras para autoavaliação, distribuídas nas dimensões Contexto Institucional, Organização Pedagógica, Pessoas e Infraestrutura e considerando os elementos Extensão, Ensino, Pesquisa e Gestão.

Considerações Finais e Recomendações

A implementação na CAPES de uma nova agenda de avaliação sem dúvida repercutirá em maior qualidade dos Programas de Pós-graduação, possibilitando manter o foco na produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, contribuir para uma melhor formação dos discentes. Para viabilizar essa proposta, estão sendo preparados materiais que podem favorecer a caminhada metodológica de autoavaliação dos PPG. Os materiais incluem considerar a avaliação externa e a autoavaliação como processos que se complementam, devendo ser articuladas de forma a reconhecer que cada qual tem uma contribuição específica a fazer. A avaliação externa deve focalizar a política, a sistemática, os procedimentos/instrumentos e usos dos resultados da autoavaliação e não os resultados encontrados. Assim, recomenda-se:

- 1) Incluir na plataforma Sucupira uma janela para o relato detalhado por parte do Programa sobre sua metodologia de autoavaliação.
- 2) Produzir um documento de orientação que aborde o conceito da autoavaliação e que apresente questões, procedimentos e instrumentos que o Programa pode, se quiser, adotar ou modificar. (Pode-se considerar a tradução de manuais já existentes como o de Kells, 1995).
- 3) Envolver a instituição, e especialmente o(a) Pró-Reitor(a) de Pós-Graduação, na promoção e no desenvolvimento dos processos de autoavaliação.
- 4) Sensibilizar entidades acadêmicas sobre o valor da autoavaliação e a importância de seu apoio e ajuda na divulgação e incentivo do processo.
- 5) Realizar visitas aos Programas tanto para orientar o processo avaliativo quanto para realizar sua avaliação externa, transformando-as em um apoio dos Programas mais experientes aos iniciantes.
- 6) Promover seminários regionais com a presença de coordenadores de Programas de Pós-graduação, especialistas em autoavaliação e representantes da CAPES, visando promover orientações e a troca de experiências.
- 7) Incluir a avaliação da autoavaliação como item da ficha de avaliação da CAPES, como componente do Quesito “Proposta” (dando peso ao referido Quesito).

Referências

ALDERMAN, Geoffrey; BROWN, Roger. Can quality assurance survive the market: accreditation and audit at the crossroads, *Higher Education Quarterly*, v. 59, n. 4, p. 313-328, 2005.

CAPES. *Portaria 149*. 04 de julho de 2018. Institui o GT de autoavaliação de Programas de pós-graduação. Diário Oficial da União. 06 de julho de 2018.

GATTI, Bernadete; ANDRE, Marli; FAVERO, Osmar; CANDAU, Vera Maria F. *O modelo de avaliação da CAPES*. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.22 [cited 2018-09-26], pp.137-144. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000100012&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000100012>.

KELLS, H.R. *Self-study processes: a guide to self-evaluation in higher education*. Phoenix, AZ: American Council on Education; ORYX Press, 1995.

LEITE, Denise. A autoavaliação na pós-graduação. Alternativa, sistemática e componente do processo avaliativo Capes. *3º Seminário Repensando a avaliação*. Brasília, Capes, 4 de outubro de 2018. Palestra. Doc. Impresso.

SOUZA, Clarilza; GATTI, Bernardete. Avaliação de instituição de ensino superior e autoavaliação educacional. IN: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil). *Anais dos seminários regionais sobre autoavaliação institucional e comissões próprias de avaliação (CPA)* [recurso eletrônico] / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Organizado por Claudia Maffini Griboski e Stela Maria Meneghel. – Brasília: Inep, 2015. p. 30-37

WATSON, David; MADDISON, Elizabeth. *Managing institutional self-study*. Berkshire, GB: McGraw-Hill. 2005.

Referências Consultadas

ACCJC. *Manual for Institutional Self-Evaluation*. August, 2017.

FINEEC. Finnish Education Evaluation Centre. *Audit Manual for Higher education institutions*. 2018-2024. Finnish Evaluation Centre, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil). *Anais dos seminários regionais sobre autoavaliação institucional e comissões próprias de avaliação (CPA)* [recurso eletrônico] / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Organizado por Claudia Maffini Griboski e Stela Maria Meneghel. – Brasília : Inep, 2015.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; GABARRA, Manoel Henrique Cintra; COSTA, Caetano da; SOUS, Yara Teresinha Correa Silva. Reflexões sobre o processo de autoavaliação

institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 177-194, mar. 2010.

LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings sobrevivência das CPAS e da auto-avaliação. *Revista Avaliação*. Campinas, v. 13, p. 12, 2008.

LEITE, Denise. (Org). *Avaliação participativa e qualidade*. Os atores locais em foco. Porto Alegre, Ed. Sulina, Ed. IpaMetodista, 2009.

NEW YORK STATE BOARD OF REGENTS and the Commissioner of Education. *Handbook of Institutional Accreditation*, March, 2005.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de; OLIVEIRA FILHO, Emídio Cantídio de; BENTES, Arone do Nascimento. A elevação da qualidade da pós-graduação: uma proposta da Universidade Federal do Amazonas. *RBPG*, Brasília, v. 11, n. 23, p. 107 - 126, março de 2014.

RASCO, J. Félix Angulo. La autoevaluación institucional como proceso de formación del profesorado. *Revista Avaliação*. Campinas, Vol 3, no. 2, jun 1998 (p.77-90).

STRATHERN, Marilyn. "Melhorar a classificação". A avaliação no Sistema Universitário Britânico. *Novos Estudos*, N.º 53, p. 15-31, março 1999.

VERHINE, Robert. Entrevista. *Boletim ANPED*. <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-robert-verhine-ufba-novo-coordenador-da-area-de-educacao-na-capes-2018-2022> Acesso em 21 de maio de 2018.

VERHINE, Robert. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior após 14 anos: avanços e desafios. In: *XI SIES*. Franco e outros (Org). Porto Alegre, EdPUCRS, 2018.

VROEIJENSTIJN, Anthony I. *Improvement and accountability: navigating between Scylla and Charybdis*. London, Jessica Kingsley Publishers, 1995.

WSCUC. *2013 Handbook of Accreditation Revised*. April 2015.

ANEXOS:

ANEXO 1:

INSTITUTIONAL ACCREDITATION SELF-STUDY GUIDE

(<http://www.highered.nysed.gov/ocue/documents/handbookmarch05.pdf>)

SELF-STUDY FORMAT

An institution must assess itself in terms of all applicable sections of the standards for institutional accreditation. Under each standard, or grouping of standards, three responses are requested:

(1) **Data:** In this section, the institution provides current and accurate information describing its present status with regard to the standard cited. The statements of "attributes of compliance" and "suggested documentation" are intended to assist the institution in its self-assessment of compliance and to identify any areas needing changes, as well as to assist peer reviewers and decision-making bodies in reaching decisions on accreditation and renewal of accreditation. Documentation may vary in type and scope, depending on an institution's mission and scope of instruction. The institution should consult with the review coordinator to clarify documentation appropriate to its circumstances. Documentation commonly required is cited in Attachments A and B of this self-study guide.

(2) **Analysis:** In this section, the institution provides a careful and thorough evaluation of its compliance with the standard cited and of the effectiveness of its policies and practices in the area addressed by the standard. It gives due recognition to both accomplishments and needs.

(3) **Plans:** In this section, the institution presents its plans to build on its strengths in the area addressed or to correct identified weaknesses or matters of non-compliance.

ANEXO 2:

GT AUTOAVALIAÇÃO - Roteiro de etapas de Autoavaliação (AA) – um exemplo

30 09 2018 Sub Grupo GT AVAL

POLÍTICA E PROPOSTAS	1) Criação de comissão de auto avaliação (CAA): coordenador do PPG indica e submete à aprovação do colegiado nomes de docente, discente e técnico/TAE (e possivelmente egresso e/ou empregador) para compor a comissão que coordenará o processo de auto avaliação.
	2) Elaboração de pré-proposta de plano de auto avaliação: CAA elabora pré-proposta de plano de AA com base: (2.1) na missão do PPG e no PDI institucional; (2.2) resultados que vem obtendo em avaliação Capes (2.3) monitoria da qualidade do programa e do seu processo de formação.
	3) Aprovação do plano de auto avaliação: Assembleia e/ou colegiado do PPG realiza discussão, negociação para especificação da AA com vistas a. Aprovação de um plano de AA que deve ser publicizado na página do programa.

Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação CAPES
Proposta para discussão

PROCEDIMENTOS e INSTRUMENTOS ⁱ	<p>4) Implementação do plano de auto avaliação (a) CAA especifica autoavaliação – O que? Quem? Como? Quando?; (b) CAA orienta procedimentos AA - observação e coleta de dados por meio de grupos focais, entrevistas, questionários, reuniões, debates, oficinas; (c) CAA sistematiza dados mediante análise quali-quantitativa: fragilidades, potencialidades, desafios estratégicos- melhorias, desenvolvimentos futuros que emergiram da etapa anterior; (d) CAA apresenta observações à assembleia do PPG (docentes, discentes, técnicos) estimula reflexão, problematização em termos do diagnóstico feito e de aspectos a serem qualificados e do PPG tendo como referencial à avaliação da CAPES, aderência ao PPI/PDI institucional e sua missão e objetivos.</p>
RESULTADOS e	<p>5) Elaboração do relatório parcial: CAA elabora relatório parcial do processo de auto avaliação implementado, destacando especialmente potencialidades e fragilidades evidenciadas e elenco de possíveis ações futuras.</p>
FUTUROS	<p>6) Realização de seminário integrador: Docentes, discentes e técnicos participam de assembleia para análise do relatório parcial com vistas e ajustar e aprovar as medidas a serem tomadas para melhoria institucional, proposições de ações e traçado de metas futuras. 7) Coordenação preenche fichas a serem enviadas a Capes sobre os procedimentos de auto avaliação.</p>

EXEMPLO de tabelas facilitadoras

Tabela 1 – Roteiro das etapas do processo de auto avaliação implementado

Número da etapa	O quê? Descrição da etapa	Quem? Sujeitos envolvidos	Como? Ferramentas e técnicas	Onde? Local	Quando? Períodos e datas	Produção / Resultados
1)						
2)						
3)						
....						

Tabela 2 – Diagnóstico de auto avaliação

Objeto de análise. Ações metas	Fragilidades	Pontos fortes	Melhoria Ações imediatas	Metas futuras
1) Formação do pesquisador Produção e publicação científica Quantidade ou impacto? Avanço do conhecimento? Influi polít. públicas?				
2) Formação do docente Articulação com a educação básica docentes e discentes				
3) Formação do técnico profissional e/ou Formação EAd Articulação com escolas empresas e agências, organização				

Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação CAPES
Proposta para discussão

4) Egressos e sua atuação? Pesquisa, ensino, empresas, organizações e...				
5) Impacto acadêmico e social Teses e dissertações- o que? Relevância social e econômica? avanço do conhecimento Relação com Egressos e sua atuação				
Internacionalização				
Redes e grupos de pesquisa e colaboração				
inserção social – internacional, nacional, regional, local				
Inovação e empreendedorismo?				
Ações afirmativas				

Tabela 3 – Ações e/ou metas futuras especificadas a partir do processo de auto avaliação implementado

Número da ação ou meta	O quê? Descrição da ação ou meta	Quem? Sujeitos responsáveis	Como? Ferramentas e técnicas	Quando? Prazo de conclusão	Indicador de conclusão
1)					
2)					
3)					
4)					
5)					

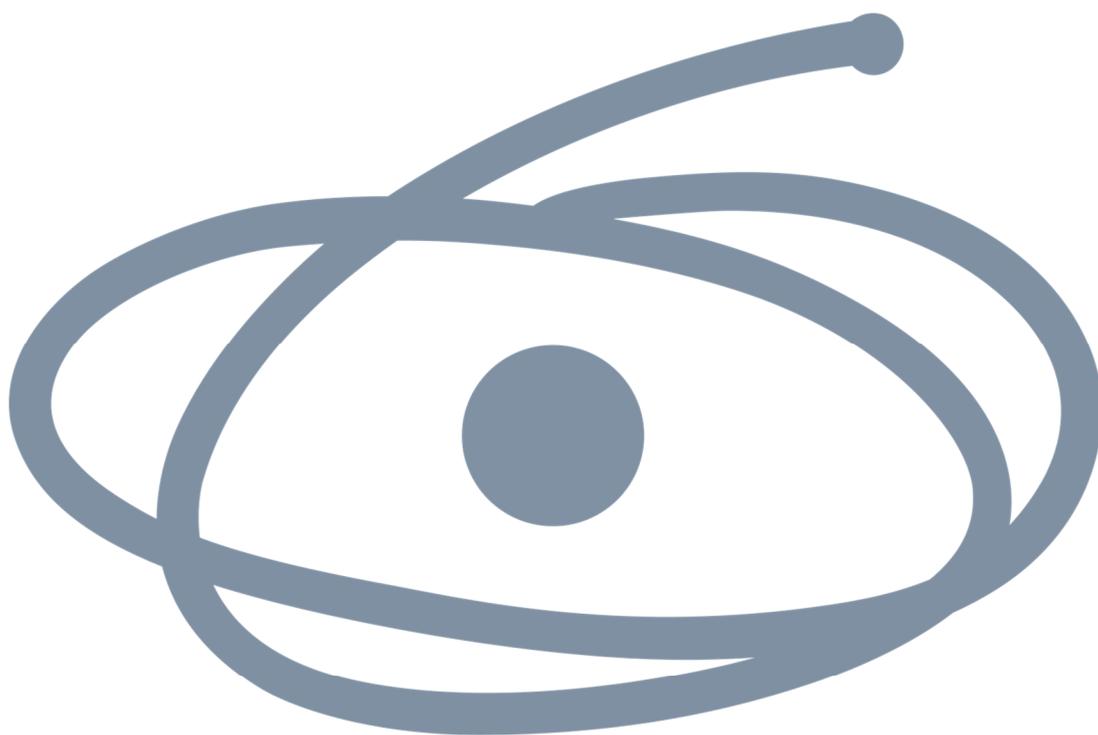
Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação CAPES
Proposta para discussão

ANEXO 3 – Matriz de Auto conhecimento (proposta do Grupo de Trabalho Discente da PPGEdu/UFRGS sobre Autoavaliação, ainda em fase de discussão.)

Dimensão/Missão	Extensão	Ensino	Pesquisa	Gestão
Contexto Institucional	Como o PPG se integra à política de extensão da IES? Como a IES dá suporte à organização de ações de extensão?	Como o PPG se integra ao PPI da IES? Como o PPG contempla a formação da comunidade acadêmica na sua área de competência? Como o PPG propõe uma perspectiva comum de conhecimentos com os quais os pós-graduandos da área devem contar? Como as atividades de ensino contemplam a discussão da epistemologia da área? Como as possibilidades de Interdisciplinaridade são abordadas no currículo do PPG? Como as atividades de ensino se articulam com a formação para a docência na educação superior? Como os discentes participam na definição da proposta de ensino do PPG? Como o PPG contempla o estágio de docência em seu planejamento pedagógico? Como se produz a relação entre o conhecimento científico e os diferentes saberes? Como o currículo do PPG contempla as ações afirmativas?	Como o PPG se integra à política de pesquisa da IES? Como se dá a relação entre o PPG e o CEP? Como a IES dá suporte à organização de redes e grupos de pesquisa? Como se dá a formação em metodologia da pesquisa no currículo do PPG? Como se dá a formação para a comunicação científica? Como se dá a formação para divulgação científica? Como o PPG desenvolve a formação para orientação de processos de produção acadêmica? Como os discentes participam da construção da proposta de formação para a pesquisa no PPG? Como as práticas de pesquisa do PPG se relaciona com as ações afirmativas?	Como a IES favorece a gestão democrática? Como se dá a representação do PPG nas instâncias de gestão da IES? Como as políticas afirmativas são promovidas na IES?
Organização Pedagógica	O currículo contempla formação para atuação em extensão? Como a comunidade externa é contemplada no planejamento da extensão? Qual a dimensão da extensão na formação oferecida pelo PPG? Como a formação para a extensão se articula à formação para o ensino e a pesquisa? Como o planejamento de ações de extensão se conecta à política afirmativa?	Como o PPG forma para a ética profissional? Como o PPG forma a sua comunidade para uma conduta ética? Como o PPG contempla os novos públicos da educação superior? Como a comunidade do PPG é formada para o uso de novas tecnologias na educação? Como as pessoas são qualificadas para uso de ambientes presenciais e virtuais de aprendizagem? Como o PPG qualifica a comunidade para processos de internacionalização?	Como o PPG forma a sua comunidade para a ética em pesquisa? Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para as atividades de pesquisa vinculadas à formação de seus estudantes e à ação de seu quadro de profissionais? Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para a comunicação científica? Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para a divulgação científica? Como o PPG dá suporte físico e tecnológico às atividades de redes e grupos de pesquisa? Como o PPG subsidia a participação discente em eventos?	Como o PPG favorece um processo de gestão democrática? Como se dá a gestão da organização pedagógica do PPG? Como os discentes participam na gestão pedagógica do PPG? Como a organização pedagógica do PPG favorece a Internacionalização? Como se dão as atividades de Integração de discentes? Como se dá o acolhimento das pessoas no PPG? Como se produz a política de acompanhamento e suporte de discentes? Como se dá o acompanhamento e suporte dos discentes Internacionais? Como se dá o acompanhamento e suporte de discentes provenientes de outros municípios? Como se dá o acompanhamento e suporte dos discentes Ingressantes por ações afirmativas? Como se dá o acompanhamento e suporte de discentes que têm vínculo empregatício? Como se dá o acompanhamento dos egressos do PPG? Quais as estratégias de promoção da saúde discente?
Pessoas	Como ocorre a formação para a extensão dos profissionais vinculados ao PPG? Como a extensão é contemplada como requisito para a atuação de pessoas no PPG? A IES dispõe de plataforma para a Integração entre PPGs e sociedade? Quais as estratégias da IES para a relação com a escola básica?	Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para atender às necessidades de formação a distância? Como as referências utilizadas nas atividades de ensino são disponibilizadas aos discentes, na relação com as políticas de acervo bibliográfico?		
Infraestrutura	Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para as atividades de extensão vinculadas à formação de seus estudantes e à ação de seu quadro de profissionais?			Como o PPG propicia acessibilidade em suas atividades e espaços? Quais as condições estruturais oferecidas para a participação discente na gestão do PPG? Quais as condições estruturais oferecidas para a participação de mães e pais discentes nas atividades acadêmicas? Como o PPG propicia fluxos de informação transparentes e efetivos? Como o PPG favorece uma cultura de sustentabilidade em suas atividades?

Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação CAPES
Proposta para discussão

ⁱ Eventualmente programa poderá contar, se assim decidido nas etapas 1,2 e 3 , com **Revisão e olhar externo**: Consultor convidado, externo ao PPG e à área do conhecimento, realiza visita ao PPG e analisa procedimentos adotados e relatório parcial elaborado pela CAA contribuindo com sugestões, indicações e destaques.



CAPE S

FICHA DE AVALIAÇÃO

GRUPO DE TRABALHO

*Proposta de revisão da Ficha utilizada para a Avaliação
dos Programas de Pós-Graduação que é conduzida pela
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior*

Brasília, dezembro de 2018

SUMÁRIO

Sumário

1. Introdução	1
2. Sistemática da construção da ficha	3
3. Sistema de Avaliação da Pós-Graduação e a Ficha de Avaliação	4
4. Proposta de Nova Ficha de Avaliação	8
5. Recomendações e considerações gerais	12
Referências Bibliográficas	13
Integrantes do Grupo de Trabalho	15
ANEXO I – Ficha de Avaliação Proposta pelo GT	16
ANEXO II – Ficha de Avaliação Aprovada na 182ª Reunião do CTC-ES	20

1. Introdução

Este relatório apresenta os resultados do Grupo de Trabalho (GT) da Ficha de Avaliação que foi instituído pela Portaria nº 148 de 14 de julho de 2018 com o objetivo de rever e simplificar as fichas utilizadas no âmbito da CAPES para a avaliação de programas de pós-graduação.

A criação desse Grupo de Trabalho (GT) da Ficha de Avaliação visa a construção de uma proposta de nova ficha de avaliação para a avaliação de programas de pós-graduação que será encaminhada ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES).

A realização desta proposta pelo GT da Ficha de Avaliação está em consonância com o Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020, que no seu capítulo sobre o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira coloca: “Os princípios que nortearão o sistema de avaliação da próxima década são: a diversidade e a busca pelo contínuo aperfeiçoamento, que deverão ser observados pelos Comitês e as instâncias superiores.”

O Relatório Final 2016-2017 da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020, no seu item relativo a recomendações para a avaliação da pós-graduação recomenda: “Analisar a oportunidade de uma reflexão com os principais atores do SNPG sobre o modelo avaliativo atual, considerando os principais modelos internacionais de avaliação da Pós-Graduação, tendo como objetivo a busca pela excelência em padrões internacionais. Esta reflexão deve necessariamente envolver as Universidades como protagonistas.”

Em novembro de 2017, a Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 solicitou de contribuições/propostas dos diferentes setores e entidades relacionados com o SNPG (ABC, ANDIFES, ABRUEM, ABRUC, CNE, CONFAP, CONSECTI, CNPq, CTC-ES, FINEP, FOPROP, MCTIC, MDIC, SBPC, etc.) sobre mudanças do Modelo de Avaliação da pós-graduação em nível *Stricto Sensu*. Após recebimento das contribuições,

foram analisadas e sintetizadas as contribuições/propostas. O resultado desta síntese foi apresentado pela comissão ao CTC-ES na 177ª Reunião do CTC-ES em junho de 2018, mesma reunião em que se decidiu criar o GT da Ficha de Avaliação. Cabe ressaltar que, embora o número elevado de setores e entidades que se manifestaram, observou-se um grande número de pontos convergentes/recorrentes entre as sugestões: Autoavaliação – PDI; Impacto (no desenvolvimento econômico e social, regional e nacional); Modelo único de avaliação (mas multidimensional); Produções indicadas (cinco mais relevantes); Relevância social e econômica; Acompanhamento de egressos; Balanço entre indicadores quantitativos e qualitativos; Mudanças no Qualis; Internacionalização; Inovação. Estes pontos convergentes/recorrentes, bem como a análise da evolução da ficha de avaliação e das necessidades de reformulação da mesma balizaram a discussão do GT Ficha de Avaliação.

2. Sistemática da construção da ficha

A sistemática de trabalho do GT Ficha de Avaliação envolveu reuniões presenciais na CAPES e reuniões a distância. A primeira versão de proposta de ficha de avaliação foi apresentada no 3º Seminário da Série Repensando a Avaliação: Avaliação Comparada da Pós-Graduação, que foi realizado na CAPES nos dias 3 e 4 de outubro de 2018. No mesmo seminário houve uma discussão da proposta com os coordenadores, coordenadores adjuntos e representantes das áreas que estavam presentes. As sugestões propostas no seminário foram analisadas pelo GT e uma nova versão da ficha foi apresentada na reunião conjunta com os colégios na CAPES no dia 16 de outubro de 2018. Após a apresentação cada colégio fez a sua discussão sobre a ficha. O resultado dessas discussões foi levado ao CTC-ES, na sua 180ª reunião no dia 18 de outubro de 2018. Uma nova discussão sobre a ficha foi realizada no CTC-ES, na sua 181ª reunião no dia 27 de dezembro de 2018. A proposta de ficha de avaliação final contempla essas discussões.

3. Sistema de Avaliação da Pós-Graduação e a Ficha de Avaliação

A avaliação da pós-graduação no seu início tinha periodicidade anual, sendo que os cursos de mestrado e de doutorado eram avaliados separadamente, numa escala de cinco conceitos (A a E), sendo A o conceito mais alto. Os resultados da avaliação eram inicialmente considerados informação reservada, restrita ao âmbito das agências federais. Na sequência decidiu-se remeter aos programas de pós-graduação os relatórios de avaliação de seus respectivos cursos, sendo a divulgação desses resultados restrita à esfera das agências governamentais e de cada instituição e programa em particular. A avaliação modificou a periodicidade para bienal e seus resultados passaram a ter ampla divulgação, o que possibilitou o acompanhamento da evolução do desempenho do conjunto de cursos avaliados.

O modelo de avaliação com Notas 1 a 7 e avaliação trienal foi implementado em 1998. A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, na forma como foi estabelecida a partir dessa data, é orientada pela Diretoria de Avaliação/Capes e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores ad hoc. Além da certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa), a avaliação da pós-graduação tem como objetivo a identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional.

Os documentos de área são referência para os processos avaliativos, tanto na elaboração e submissão de propostas de cursos novos quanto na avaliação dos cursos em funcionamento. Neles estão descritos o estado atual, as características e as perspectivas, assim como os quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada uma das 49 áreas de avaliação. Cada área expressa os pontos principais da sua avaliação no documento de área baseada numa ficha de avaliação aprovada anteriormente pelo CTC-ES. Esta ficha de avaliação é comum a todas as

áreas em termos dos quesitos e itens a serem avaliados, sendo que cabe as áreas propor como esses quesitos e itens serão avaliados, bem como, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento da avaliação, propor os pesos dos mesmos.

Em 1998 foi introduzida para a avaliação, uma ficha única padronizada composta de 7 quesitos: 1 - Proposta do Programa; 2 - Corpo Docente; 3 - Atividades de Pesquisa; 4 - Atividades de Formação; 5 - Corpo Discente; 6 - Teses e Dissertações; 7 - Produção Intelectual. Dentro desses 7 quesitos constavam 28 itens, com a possibilidade de inclusão de itens específicos pelas áreas. Esta ficha foi utilizada nas avaliações trienais de 2001 e 2004.

Após a avaliação trienal de 2004, a ficha de avaliação foi reformulada, e a simplificação da ficha foi guiada por duas considerações: “A primeira foi a redução do número de quesitos e itens para aqueles que verdadeiramente discriminassem entre programas de qualidade diferenciada. A segunda, atrelada à primeira, foi a tentativa de dar uma ênfase maior à avaliação de produtos que de insumos ou de processos”. (VERHINE, 2009).

A nova ficha, que foi utilizada na Trienal 2007, passou a ser composta de 5 quesitos. Os setes quesitos da ficha anterior foram agrupados em 4 quesitos: 1-Proposta do Programa, 2- Corpo Docente, 3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações, 4 - Produção Intelectual. Um novo quesito, 5- Inserção social, foi incorporado ao sistema de avaliação. Os 5 quesitos da ficha continham 21 Itens, com a possibilidade de inclusão de itens específicos pelas áreas. Foi permitido que as áreas zerassem itens definidos pelo CTC, na medida em que julgassem que o item não se ajustava às suas especificidades. O quesito “Proposta do Programa” não recebeu peso, por entender-se que deveria ser utilizado para contextualizar o programa e para fornecer-lhe orientações, sugestões ou advertências a respeito do seu funcionamento. Já o quesito “Inserção social”, por ser novo, recebeu um peso de 10%. Os demais quesitos, 2 a 4, receberam um peso de 30% cada. Cada área, de acordo com entendimentos no âmbito de sua Grande Área, poderia alterar esses pesos, respeitando o seguinte limite: variação de até cinco pontos percentuais, para mais

ou para menos, no peso proposto de 30%, desde que a soma deles fosse 90%. Cabe ressaltar a criação de uma ficha específica para o mestrado profissional na qual os quesitos foram mantidos, mas algumas alterações nos itens foram feitas para dar uma ênfase as especificidades dessa modalidade.

Após o uso da ficha na avaliação trienal 2007 foi criada uma comissão para avaliar a sua aplicação e propor novas modificações. Foi mantida a estrutura básica, composta de cinco quesitos, com a redução para 18 itens e os quesitos “Corpo Discente” e “Produção Intelectual” passaram a ser considerados centrais e receberam em conjunto, um peso correspondente a 70% do total. Os quesitos “Corpo Docente” e “Inserção Social” representaram, em conjunto, os 30% restantes. O quesito “Proposta do Programa” permaneceu sem peso, mas passou ter um papel mais importante com a introdução de travas na definição da nota final. Por exemplo, um programa com nota “deficiente” ou “fraco” no quesito “Proposta do Programa” não poderia ter nota final maior do que “3”, etc. Dessa forma, com a introdução das travas, a relação entre a pontuação obtida nos quesitos com peso e a nota final passou a não ser necessariamente linear.

Esse modelo de ficha foi aplicado nas avaliações trienais 2010 e 2013, e na avaliação quadrienal 2017, sendo os pesos definidos no regulamento de cada avaliação. A novidade na avaliação quadrienal 2017 foi a introdução de uma nova ficha para os programas em rede, especialmente mestrados profissionais de formação de professores em rede (PROFMAT, PROFFIS, etc.). Essa ficha era composta de 4 quesitos: 1-Avaliação da Rede e suas Associadas; 2-Discentes e Egressos; 3-Corpo Docente e 4- Inserção Social. Para o quesito 2 foi atribuído peso de 40%, sendo que os demais quesitos receberam peso de 20% cada um.

Mesmo se a ficha de avaliação de 5 quesitos tenha sido mantida nas últimas avaliações, persiste a necessidade de repensá-la e aprimorá-la. Por exemplo, a maioria dos 18 itens da avaliação definem indicadores de processos em detrimento aos indicadores de resultados. Além disso, diversos indicadores quantitativos não estão relacionados com a qualidade da formação.

Em 2015 foi criada na uma Comissão Especial para Análise do Sistema e Processo de Avaliação da Qualidade da Pós-graduação Brasileira (Portaria Nº 157, DE 24 de Novembro de 2015). Dentre os trabalhos da comissão, foi preparado um documento sobre “O Modelo da Avaliação da CAPES”. Esse documento preconiza que: “Ao reformular o modelo de avaliação da CAPES, é necessário considerar propostas que buscam (1) simplificar aspectos de sua operacionalização, (2) contemplar a formação de quadros, (3) considerar a diversidade do contexto e (4) focalizar mais no impacto do programa do que apenas na sua produção.” Dentre as propostas, o documento propõe a estruturação da ficha em três dimensões: 1. Proposta do programa; 2. Atividades de formação e 3. Impactos acadêmicos e sociais.

4. Proposta de Nova Ficha de Avaliação

As diretrizes que nortearam o GT da Ficha de Avaliação na formulação da proposta da nova ficha de avaliação foram:

- Focar na qualidade da formação de doutores e mestres.
- Reduzir do número de quesitos e itens, destacando aqueles que verdadeiramente discriminam a qualidade dos programas, dando ênfase a formação discente.
- Levar em conta as recomendações apontadas pelo relatório da Comissão do PNPG sobre a avaliação.
- Dar uma ênfase maior à avaliação de resultados do que de processos.
- Propor uma ficha única (quesitos e itens) porém com indicadores adaptados a cada modalidade e as especificidades da área.
- Valorizar o protagonismo das áreas na construção dos indicadores.
- Permitir a comparação entre as diferentes áreas.

Baseado nestas diretrizes o GT da a Ficha de Avaliação propões uma nova ficha de avaliação com 3 quesitos (1- Programa, 2-Formação e 3- Impacto na Sociedade) e 11 itens que serão detalhados na sequência. A ficha é única, cabendo as áreas as definições dos indicadores para cada quesito em função da modalidade (acadêmico ou profissional) e das suas especificidades.

O primeiro quesito, denominado de “Programa”, pretende avaliar o funcionamento, estrutura e planejamento do programa de pós-graduação em relação ao seu perfil e seus objetivos. Para o primeiro quesito abandonou-se a nomenclatura das fichas anteriores de “Proposta do Programa” pois a mesma terminologia é usada na Avaliação

de Propostas de Cursos Novos (APCN), para a qual trata-se efetivamente de uma proposta. O quesito Programa engloba nos seus itens os aspectos contidos no quesito Proposta do Programa e do quesito 2.1 (perfil do docente) da ficha anterior, nas duas modalidades. O item 1.3 dá destaque ao planejamento estratégico do programa vinculando-o ao da instituição. As instituições devem definir plano institucional de desenvolvimento da pós-graduação. Dessa forma, dá a oportunidade de envolver a instituição em demandas fundamentais para a evolução do programa, como por exemplo a introdução de uma política de contratação em função da pós-graduação e as melhorias de infraestrutura para o seu desenvolvimento. A questão da autoavaliação foi introduzida como um item novo (1.4). A autoavaliação deve ser balizada pelo planejamento e o Grupo de Trabalho da Autoavaliação trará subsídios para a definição de indicadores para esse item. O quesito Programa é composto de 4 itens:

- 1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos/missão do programa.
- 1.2. Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.
- 1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção do conhecimento.
- 1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção do conhecimento.

O segundo quesito, Formação, tem seu foco na qualidade dos recursos humanos formados, levando em conta a atuação dos docentes e a produção de conhecimento diretamente associada às atividades de pesquisa e de formação do programa. Elementos de avaliação dos quesitos 2, 3 e 4 da ficha anterior podem ser usados nesse quesito, focando em indicadores de resultado e não de processo. O quesito Formação é composto de 3 itens:

- 2.1. Atuação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa e à produção intelectual.
- 2.2. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.
- 2.3. Qualidade da produção de discentes e egressos.

O terceiro quesito, Impacto na Sociedade, está relacionado com os impactos gerados pela formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos do programa. As dimensões impacto e relevância social, internacionalização e inovações foram incorporados a este quesito. Dentro dos impactos a serem avaliados está também o destino e atuação dos egressos. O quesito Impacto na Sociedade é composto de 4 itens:

- 3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística - em função da natureza do programa.
- 3.2. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.
- 3.3. Impacto da inserção social e econômica do programa
- 3.4. Internacionalização e visibilidade do programa.

Para a atribuição do conceito nos quesitos 1 e 3, com 4 itens sendo alguns novos, o peso mínimo de cada item proposto é de 10%. No caso do quesito 2, que tem 3 itens que já são objeto de avaliação pelas áreas, o peso seria de no mínimo 25% para cada item. O grupo entende que os 3 quesitos têm a mesma importância. Portanto, a partir da atribuição da nota considerando o modelo atual, o critério para a atribuição de notas seria de:

Nota 5: Conceito “Muito Bom” nos três quesitos

Nota 4: No mínimo conceito “Bom” nos três quesitos

Nota 3: No mínimo conceito “Regular” nos três quesitos

Na definição de notas pelas áreas ainda poderia ser incorporado pelas áreas a utilização de travas em determinados itens.

5. Recomendações e considerações gerais

O GT considera que a nova ficha de avaliação pode ser implementada para a avaliação quadrienal em andamento. A ficha de avaliação, em termos de quesitos e itens, é única para todas as modalidades. Portanto, para cada item, as áreas devem propor as definições, indicadores e comentários que sejam adequados às especificidades de cada modalidade, acadêmico ou profissional. Para essa avaliação sugerimos a manutenção ou adaptação dos indicadores mais importantes de cada área, que já são reconhecidos pela comunidade. Em relação aos itens que demandam a introdução de novos indicadores, o GT propõe que seja atribuído um peso menor. A exequibilidade da ficha e das definições e indicadores de cada item definido pelas áreas deve ser testada no seminário de meio termo que ocorrerá de 05 a 30 de agosto de 2019. O documento de área poderia ter sua versão final após o seminário, contemplando eventuais modificações na ficha e a consolidação dos indicadores a serem utilizados na Avaliação Quadrienal.

A proposta de uma avaliação multidimensional, feita pela Comissão do PNPG no documento sobre propostas de aprimoramento do modelo de avaliação, requer mudanças muito mais profundas na ficha de avaliação, que no entender do GT não poderiam ser implementadas no meio dessa avaliação. Cabe ressaltar que as cinco dimensões a que se refere essa avaliação multidimensional estão refletidas nos diferentes itens da ficha proposta. Uma análise preliminar, sem levar em conta a definição do que será avaliado por cada área no itens, indica a seguinte correlação dos mesmos com as cinco dimensões: Ensino e Aprendizagem (1.1, 1.2, 2.2, 2.3 e 3.2); Internacionalização (3.4); Produção de científica (2.1 e 2.3), Inovação e transferência de conhecimento (3.1); Impacto e Relevância Social (3.1 e 3.3). A ficha aqui apresentada poderia ser a transição para uma avaliação multidimensional, que poderia ser discutida nos próximos dois anos e implementada no início da próxima avaliação quadrienal.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. (2008, Junho 17). História e missão. [capes.gov.br](http://www.capes.gov.br/historia-e-missao). Acesso em Outubro de 2018, em <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. (2010). Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPg 2011-2020 (Vol. 1). Brasília: CAPES.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. (2014). Sobre as áreas de avaliação. [capes.gov.br](http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao). Brasília. Acesso em Outubro, 2018, em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. (2017). Portaria nº 59, de 21 de março de 2017: Aprova o regulamento da Avaliação Quadrienal. Diário Oficial da União.

Castro, C. de M. (2006). A CAPES na visão de um ex-diretor. *Análise*, 17(2), 360–376.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. (2016). Panorama dos Programas de Pós-Graduação. Brasília.

Faljoni-Alario, A., da Silva Junior, C. F., Brito, E. P. Z., Gontijo, J. A. R., Romero, M. A., Santos, dos, P. J. P., & Canuto, S. R. A. (2018). Avaliação da pós-graduação: Considerações do CTC-ES. Brasília.

Marenco, A. (2015). When institutions matter: CAPES and political science in Brazil. *Revista de Ciencia Politica*, 35(1), 33–46.

Sá Barreto, F. C. de, Domingues, I., & Borges, M. N. (2014). The Brazilian National Graduate Program, Past, Present and Future: A Short Review. *Policy Futures in Education*, 12(5), 695–706.

Verhine, R. E., & Bão, S. N. (2016). O Modelo da Avaliação da CAPES. Comissão Especial para Análise do Sistema e Processo de Avaliação da Qualidade da Pós-graduação Brasileira. Brasília.

Verhine, R. E., & Dantas, L. M. V. (2009). Reflexões sobre o sistema de avaliação da capes a partir do V Plano Nacional de Pós-graduação. *Revista de Educação Pública*, 18(37), 295–310. Cuiabá.

Verhine, R. E., & Freitas, A. A. D. S. M. de. (2012). A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. *Revista Ensino Superior Unicamp*.

Integrantes do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho (GT) da Ficha de Avaliação foi criado pela Portaria nº 14, de 4 de julho de 2018, contando com a seguinte composição:

Nome	Instituição	Área
Adriano Lisboa Monteiro Coordenador do GT	UFRGS	Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar
André Luiz Brasil Varandas Pinto Secretário-Executivo do GT	CAPES	Diretoria de Avaliação
Bernardo Lessa Horta	UFPEL	Ciências da Vida
Edgar Nobuo Mamiya	UNB	Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar
Luiz Carlos Federizzi	UFRGS	Ciências da Vida
Robert Evan Verhine	UFBA	Humanidades
Wilson Ribeiro dos Santos Júnior	PUC-Campinas	Humanidades

ANEXO I – Ficha de Avaliação Proposta pelo GT

Quesitos / Itens	Peso	Sugestões e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Programa		
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos/missão do programa.	≥ 10%	Pode englobar aspectos dos itens 1.1 e 1.3 (acadêmico e profissional) da ficha anterior e/ou outros que a área julgar necessário.
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	≥ 10%	Pode englobar aspectos do item 2.1 da ficha anterior (acadêmicos e profissional) e/ou outros que a área julgar necessário.
1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção do conhecimento".	≥ 10%	Pode englobar aspectos do item 1.2 da ficha anterior ((acadêmicos e profissional) e/ou outros que a área julgar necessário.
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção do conhecimento.	≥ 10%	O GT autoavaliação trará subsídios para a definição de indicadores para esse item.

2 – Formação		
2.1. Atuação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa e à produção intelectual.	≥ 25%	Pode englobar aspectos de itens das fichas anteriores: itens 2.2 e 2.3 (acadêmico e profissional), itens do quesito 4 e/ou outros que a área julgar necessário.
2.2. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.	≥ 25%	Pode englobar aspectos do quesito 3 da ficha anterior (acadêmico e profissional) e/ou outros que a área julgar necessário. Por exemplo, avaliação de trabalhos de conclusão mais relevantes, similar ao Prêmio CAPES de Tese.
2.3. Qualidade da produção de discentes e egressos.	≥ 25%	Pode englobar aspectos do item 3.3 da ficha anterior e dos itens do quesito Produção Intelectual, relacionados aos discentes e/ou egressos e/ou outros que a área julgar necessário
3 – Impacto na Sociedade		

3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística - em função da natureza do programa.	≥ 10%	Pode englobar aspectos do quesito Produção Intelectual da ficha anterior e/ou outros que a área julgar necessário a avaliação de produções mais relevantes. Item insere a dimensão inovação na avaliação que será contemplada ou não em função das características da área e o estágio atual de seus programas.
3.2. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.	≥ 10%	Os dados gerais viriam do estudo de egressos do CGEE, e as áreas deveria trabalhar nos indicadores. Pode-se solicitar aos coordenadores de PG os exemplos mais significativos de inserção dos egressos.
3.3. Impacto da inserção social e econômica do programa.	≥ 10 %	Pode englobar aspectos do item 5.1 da ficha anterior (acadêmicos e profissional) e/ou outros que a área julgar necessário.
3.4. Internacionalização e visibilidade do programa.	≥ 10%	As áreas já possuem critérios de avaliação da internacionalização para os cursos de excelência e podem adaptá-los para o conjunto dos programas da área. Pode englobar aspectos do item 5.2 e 5.3 (acadêmico) e 5.2, 5.3 e 5.4 (profissional) da ficha anterior, e/ou outros que a área julgar necessário,

ANEXO II – Ficha de Avaliação Aprovada na 182ª Reunião do CTC-ES

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre os Quesito/Itens
1 – Programa		
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa.	≥ 25%	
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa	≥ 25%	
1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística.	≥ 10%	
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.	≥ 10%	
2 – Formação		
2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.	≥ 15%	
2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.	≥ 15%	
2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.	≥ 10%	
2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa	≥ 15%	
2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa.	≥ 10%	
3 – Impacto na Sociedade		
3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.	≥ 10%	
3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa.	≥ 10 %	
3.3. Internacionalização e visibilidade do programa.	≥ 10%	